



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 2ª
(SEGUNDA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Aylton Gomes a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 01:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Resolução nº 46, de 2012, de autoria da Mesa Diretora, que “veda aos deputados distritais a opção por remuneração diversa do subsídio parlamentar”.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como sou envolvido diretamente no projeto, quer dizer, na verdade, eu vou ser o único destinatário da resolução que V.Exa. acaba de ler, quero me dar por impedido e declinar da minha posição, passando a Presidência, com honradez, ao Deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Robério Negreiros, V.Exa. designa relator ou avoca a relatoria? (Pausa.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	2

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 46, de 2012, de autoria da Mesa Diretora, que “veda aos deputados distritais a opção por remuneração diversa do subsídio parlamentar”.

Sr. Presidente, o parecer é pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados. Houve 20 votos a favor e 1 abstenção, do Deputado Chico Leite, em razão do impedimento.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que a votação seja nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa.

A votação será pelo processo nominal.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Resolução nº 46, de 2012. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ainda que nós saibamos, por informações... Para mim até havia outros colegas Parlamentares; eu não sei, inclusive, no caso do Deputado Alírio Neto, que não está conosco hoje... Como é a situação remuneratória... É semelhante?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – S.Exa. é aposentado. Sobre essa questão, é um método existente na Câmara dos Deputados, lá você não tem oportunidade ou opção quanto ao seu local ou à sua origem funcional, vamos assim dizer. Inclusive há uma distinção que nós precisamos fazer muito claramente: no local de trabalho, seja ele privado, seja ele público, administração direta, administração indireta, é salário; no caso do parlamentar, é subsídio. Há um conceito absolutamente distinto sobre o qual os entendedores da área de direito administrativo deveriam nos dar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	3

uma aula. Mas naturalmente é uma questão já pacificada, do ponto de vista do que é remuneração e salário, que é o que o trabalhador recebe, e sobre o que incide fundo de garantia, incide um terço de férias, remuneração quanto a ganhos por parte da empresa, seja ela pública ou privada, eventualmente o décimo quarto ou não. Agora, do ponto de vista do parlamentar e de algumas categorias, a remuneração é denominada de subsídio. É um método que se encontrou para que se pudesse conviver simultaneamente. Se você opta por um, não significa que você possa optar pelo outro. Essa decisão traz esse tipo de implicação.

Eu quero aqui dizer aos colegas Parlamentares que nesta experiência que nós vivenciamos, como servidor de empresa pública, ao retornar para a nossa empresa, houve inúmeros prejuízos, Deputado Patrício. Houve inúmeros prejuízos. Posso citar a questão do fundo de garantia, posso citar a questão da absorção das gratificações por mérito. Então, eu, em relação aos colegas que lá estavam, tive uma redução em torno de 30% nas bases salariais. Isso depois de ter exercido quatro mandatos e ter retornado ao meu local de funcionamento.

Portanto, é uma questão de opção. E nessa situação de Parlamentar, não há — pelo menos não havia enquanto estive na Câmara dos Deputados — a opção quanto ao seu local de origem, mas, sim, com relação tão somente ao subsídio provido pelo Poder Público, no caso pelo Congresso Nacional e pela própria Câmara dos Deputados.

A Câmara, que já é indexada em 75% do que os congressistas recebem, Deputada Luzia de Paula, diz, em relação aos próprios Parlamentares que representam o Distrito Federal no Congresso Nacional — os onze Parlamentares, três Senadores e oito Deputados Federais —, que eles têm o subsídio e têm inclusive a questão do 14º e do 15º, que é o próximo debate que vamos fazer. É importante deixar claro para que ninguém passe aqui por despercebido, mas no momento adequado nós iremos fazer esse debate que eu creio ser da maior importância para que não haja constrangimento a nenhum Deputado.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz toda a minha campanha dizendo que, eleito Deputado Distrital, eu não custaria nada para a Câmara Legislativa, porque eu optaria pelo meu salário do Senado. Dia 10 de fevereiro agora, eu completei 35 anos de servidor de carreira da Casa. Pelo tempo, eu estou no teto dos Ministros, dos Parlamentares, de 26 mil e pouco. Eu não ia custar nada para a Câmara, porque eu ia continuar a receber o salário do Senado; se fosse eleito ou não, eu continuaria custando o mesmo valor até eu me aposentar — até morrer, na realidade, porque, mesmo aposentado, eu continuaria recebendo a remuneração.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	4

Quando eu vim para a Câmara, eu fui surpreendido exatamente nesse aspecto, porque eu teria que não só receber, em vez dos 26, os vinte daqui, mas também de pagar o PSS lá do meu salário do Senado. Então, para descontar a previdência, eu teria de descontar do salário maior recebendo um salário menor. Portanto, hoje eu recebo R\$13.065,00 e na realidade eu perco quase 6 mil reais por mês para ser Deputado. Só que há outra condição: como servidor público de carreira, todos nós sabemos, você, quando tem férias, recebe o abono constitucional de um terço, então eu teria de computar esses seis vezes doze e mais o problema das férias, o que já seria uma redução salarial significativa. Mas eu concordo. Na realidade, é o que o próprio Deputado Chico Leite acabou de dizer: ser político não é uma profissão — minha profissão é ser economista —, ser político é exercer uma atividade dada em função da votação pela população, então nós temos que nos moldar exatamente à vontade popular.

Portanto, é necessário esclarecer que alguns servidores, a exemplo de mim, do Deputado Rôney Nemer, que é servidor também, do Deputado Wasny de Roure, do Deputado Chico Leite, nós estamos pagando ou deixando de receber para ser Deputado Distrital. Isso ninguém vai dizer. Isso ninguém vai divulgar. O fato de eu ter uma redução salarial para ser Deputado Distrital não interessa. Mas é necessário esclarecer sob esse ângulo, porque o Deputado Federal e o Senador que recebem R\$26.700,00 no teto, quando saem para ser ministros ou para ocupar outro cargo cujo valor é menor do que o de Parlamentar, têm direito a optar pelo salário de Deputado Federal ou de Senador. Eu digo isso porque eu gerenciei a Casa por muitos anos e sabia dessa atividade. Agora, se é uma punição, se reduz o salário, Deputado Chico Leite, para consolo nosso, que nós passemos a trabalhar mais.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – O que aconteceu com V.Exa., Deputado Agaciel Maia, aconteceu comigo também. Eu, delegado de polícia, em final de carreira, ao vir à Câmara, tive que abrir mão do meu salário de delegado e passei a ganhar menos do que o agente de polícia que era Parlamentar — na questão de ser agente de polícia. Aqui nós somos Parlamentares, todos iguais, mas na questão de ser agente de polícia, eu, como delegado, ganhava mais. Cheguei aqui, era o Parlamentar que menos ganhava. Por quê? Porque a minha previdência era descontada em cima do meu salário de delegado aqui na Câmara Legislativa e o do agente era descontado em cima do salário de agente. Então, eu, como delegado de polícia e Parlamentar, por ter um desconto do meu INSS lá na fonte, no valor do meu salário de delegado, ganhava R\$1.500 reais a menos do que um agente de polícia parlamentar também. E aqui na Constituição é bem claro, no art. 38, que é uma coisa escabrosa. Eu não entendo por que só o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	5

prefeito e o vereador é que podem. Eu acho que todos nós poderíamos fazer a opção pelo salário que nós quiséssemos.

Eu comparo mais ou menos o seguinte: falar de 14º e 15º salário é muito fácil, porque a gente só fala aquilo que a gente pensa que é errado. Mas, se nós formos analisar e dividir o 14º e o 15º salário, são R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por ano, que, dividido por 12, dá R\$ 3.330,00 (três mil, trezentos e trinta reais), com os R\$ 20.000 (vinte mil reais), nós passaríamos, se fosse o caso, a ganhar 23.330,00 (vinte e três mil, trezentos e trinta reais), que ainda é menos do que um magistrado, um Ministério Público e até mesmo um delegado de polícia.

Veja você o quanto que nós somos Geni e apanhamos. Quando eu ganhava menos, ninguém nunca falou, porque não é interessante. E eu sempre faço comparações. A ninguém interessa quantos aviões subiram hoje, mas, se cair um lá no Japão, todo mundo vai ficar sabendo, porque a desgraça é que é interessante. Vir falar sobre o 14º e o 15º é muito fácil. Mas é muito fácil mesmo. Bater em quem já está morto é muito fácil, mas nós vamos nos reerguer. Não é por causa de 14º, 15º salários que nós vamos deixar de fazer o nosso trabalho, até porque não é 14º nem 15º, é um subsídio que se ganhava para poder custear o mandato. Agora, eu ganhei muito menos aqui do que o concurso para o qual eu me promovi lá e trabalhei aqui ganhando muito menos do que eu ganharia como delegado. Igual a V.Exa. também.

E pode ter certeza: se a população acha que nós devamos abrir mão, e nós nos propusemos a vir aqui representar, porque, como bem diz o causídico e amigo Deputado Chico Leite, isso aqui não é profissão, é representação. E, se eu me propus a representar, eu estou de acordo com o anseio da sociedade. Que tiremos então o 14º e o 15º – e quiçá o 13º também. Por que não? Para quê? Daqui a pouco, nós, como deputados, não precisamos ganhar salário. Deputado teria que vir para cá para fazer uma missão. Missão, missão, missão! E eu estou disposto. “Ah, mas você tem o salário lá fora”. O que eu ganhei lá fora foi na caneta. Esse não conta. Aquele foi na caneta. Foram anos de estudo, cursinho, Chico Leite lá dando aula e eu lá vendo. Aprendi. Passei no concurso. Então, nós deveríamos deixar de hipocrisia, por que não missão? Por que não? Fazer uma missão, vamos vir para cá. Estou disposto, estou disposto. Vamos nessa.

Agora, temos de parar com hipocrisia. Temos de parar, temos de encarar as coisas e temos de ser honestos. O que falamos e o que procedemos. Vou abrir mão porque a população quer que se abra mão. Mas eu digo para os senhores: vamos parar de hipocrisia. Vamos parar com esse negócio de abrir mão. Eu vivo disso aqui. Não vivo de mais nada que isso. Vamos começar a fiscalizar determinados pontos que acontecem. Podem ter certeza. Não sei o quê. Não adianta a imprensa me perguntar o que é que eu não sei. Se eu soubesse, já teria falado há muito tempo, que eu não tenho papa na língua. Agora, é muito simples falar que 14º, 15º salários estão deixando deputado rico. É brincadeira.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	6

Mas eu queria dizer que eu também ganhei menos, igual a V.Exa. Pode ter certeza, e, por questão de igualdade, essa Constituição deveria ser mudada. Nós deveríamos poder optar, porque delegado, foi na caneta; promotor, foi na caneta; Senado, foi na caneta; e vários outros que estão aqui na mesma situação, foi na caneta.

Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente, na discussão.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante para discutir.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, nós ainda não estamos discutindo o projeto principal, que é sobre os chamados 14º e 15º salários. Mas eu acho importante, Sr. Presidente, essa discussão que está se fazendo neste momento a respeito de fixar que o parlamentar vai receber da Câmara Legislativa, porque isso, Deputado Dr. Michel, abre a possibilidade de a gente mostrar para a sociedade que isso que falam por aí, que deputado é perdulário e ganha demais, não é verdade. Há milhares de servidores do Distrito Federal que ganham mais que Deputado Distrital: delegados, até agentes de polícia, médicos, fiscais aqui da carreira do Deputado Rôney Nemer que já estão no teto. Inclusive, eu acho que todos eles são pagos com os impostos do contribuinte.

Eu tenho, inclusive, uma sugestão, acho que a exemplo do que a gente faz aqui, de colocar – e temos de colocar efetivamente na internet tudo o que a gente ganha – acho que o GDF tem obrigação de colocar na internet também os salários que são pagos, o conjunto dos salários que são pagos. É importante constar tudo, porque aí o contribuinte vai saber para onde está indo o dinheiro dele. É fundamental o contribuinte saber. Passa lá um fiscal da Agefis – eu não estou dizendo para colocar o nome, Deputado Rôney Nemer –, mas um fiscal em fim de carreira ganha quanto? O contribuinte vai saber que ele ganha mais do que 23 mil reais. Há – a Deputada Arlete Sampaio sabe disso – centenas de médicos que ganham mais do que isso. Existem médicos excepcionais, extraordinários, mas há alguns que ainda matam o dia de sábado, ganhando mais de 25 mil reais. No dia em que está escalado para o plantão, não vai. Então, seria interessante o GDF colocar lá todas as funções — não é para colocar os nomes, não — e os salários: de desembargador, de promotor de justiça, de todo mundo.

A verdade é que ser político, ser Deputado, neste País, virou sinônimo de *cabra* que não presta, não é? E eu quero dizer o seguinte: eu tenho orgulho de ser Deputado, como tenho orgulho de ser vigilante. Eu tenho orgulho do que eu faço. Faço com muita honra. Não me arrependo do que eu faço, até porque, se fosse para eu me arrepender, eu não seria candidato. Você vai para a rua pedir votos porque você quer ser Deputado. Portanto, todos nós temos de ter orgulho. Agora, não há uma coisa para me incomodar mais do que quando um cidadão, Deputado Chico



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	7

Leite, aborda a gente e pergunta: “Quanto é que você ganha?” Eu respondo: “Ganho tanto.” Vou até passar a andar com o contracheque na mão, agora. Aí o sujeito diz: “E o por fora?” Por fora de onde? É a mesma coisa. Eu fui Deputado Federal por dois mandatos. Estou no segundo mandato de Deputado Distrital e continuo morando no P Sul, na mesma rua. Há gente que até aposta lá no boteco que eu não moro lá. Quando chega lá e vê que eu moro, diz: “Ganhei”.

Agora, se tem uma coisa que eu não aceito — e essa outra discussão a gente vai fazer daqui a pouco — é que se coloque Deputado sob suspeição de receber mesada do Governador Agnelo Queiroz, porque eu não recebo, ninguém aqui recebe e, se houver alguém que recebe, eu serei o primeiro a propor a cassação do mandato do elemento que recebeu. Isso eu não aceito. Esse tipo de coisa eu não aceito, sabe, Deputado Agaciel Maia? Porque nós não estamos recebendo, não queremos e não aceitamos. O Governador, além de não propor esse tipo de coisa, sabe do time que tem aqui dentro. Ele sabe que não precisa desse tipo de coisa. Uma coisa é discussão política, e isso nós fazemos. Inclusive, hoje, tivemos um belo almoço de mais de duas horas com o Vice-Governador Tadeu Fillippeli. Só não demoramos mais tempo por causa da sessão. Foi muito importante. Conversando política. Vamos almoçar com o Governador Agnelo Queiroz, na próxima semana. O Tadeu Fillippeli, juntamente com o Secretário de Transportes, estará aqui fazendo a apresentação do lançamento do edital, Deputada Eliana Pedrosa, do transporte público do Distrito Federal, que só foi possível porque esta Casa, por unanimidade, aprovou o Plano Diretor de Transporte Urbano – PDTU.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Para concluir, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – O problema, Sr. Presidente Patrício, é que a gente trabalha aqui como uns condenados e não aparece o que a gente faz. Não é? Eu queria ver a licitação do transporte público sem que houvesse antes o PDTU. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.
Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas, eu entrei nesta Casa em janeiro de 2003. Portanto, a população me conferiu, por reconhecimento, uma responsabilidade maior por três mandatos. Naquele dia 2 de janeiro, como obra da campanha, como obra do debate filosófico que eu fazia durante todos aqueles anos, por considerar que nenhum cargo público de reflexo eleitoral pode ser profissão e por considerar que não se pode, em hipótese alguma, utilizar, empregar o voto, a confiança das pessoas como forma de ascensão financeira, eu me dispus, filosoficamente, sem proselitismos, sem bandeiras, sem divulgações, no Memorando nº 002, naquele 2 de janeiro de 2003, a renunciar ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	8

14º e 15º salários, chamados assim, porque a natureza é indenizatória, e às convocações extraordinárias. Fui o primeiro em todo o Brasil a fazer isso. Não fiz alarde, simplesmente procedi à entrega do memorando. E o fiz porque defendo uma tese há muitos anos que, com fé em Deus, um dia vai prosperar entre nós. Aquela de que, como política não é profissão, não deve haver, para aquele que exerce cargo público eletivo, remuneração específica. Isso não quer dizer que não haja condição de trabalho, equipamento humano e material; isso não quer dizer que o Estado e, portanto, o contribuinte, não subsidie, não possa subsidiar o exercício do cargo. Mas, por não ser profissão, por ser representação, passagem apenas, não poderia ter remuneração específica. Estou distinguindo aqui aquilo que é remuneração específica, obra de profissão de várias naturezas, o servidor público, mas também o empresário, aquele que percebe por pró-labore, daquilo que é equipamento humano ou material para o exercício do mandato. Por isso, sempre percebi como Promotor de Justiça, cargo que conquistei por concurso público há mais de vinte e três anos.

DEPUTADO DR. MICHEL – Deputado Chico Leite, como é que V.Exa. abriu mão do 14º e do 15º se V.Exa. recebia pelo MP? Desculpe-me, mas pergunto apenas para termos uma discussão filosófica.

DEPUTADO CHICO LEITE – Pois não. É jurídica, não é filosófica neste caso.

DEPUTADO DR. MICHEL – Desculpe-me, é que sou meio burro, não entendo muito de filosofia e de “jurisdicismo”. É somente para que eu possa entender: como é que V.Exa. abriu mão do 14º e 15º salários se o senhor recebia pelo MP? Aí não faz sentido o senhor abrir mão.

DEPUTADO CHICO LEITE – Não é isso, Deputado.

O Deputado Alírio Neto, delegado de polícia, em seu primeiro mandato, propôs, à ocasião – e inclusive fez uma consultoria à Procuradoria Jurídica da Casa –, esse debate que V.Exa. faz agora. Salário tem natureza alimentar. Os malfalados, malchamados 14º e 15º têm natureza indenizatória. Salário com indenização é acumulável, como é acumulável provento com vencimento, como é o caso de V.Exa. V.Exa. pode acumular, como acumula hoje, provento, que é a remuneração do aposentado de Delegado de Polícia, com o vencimento, que é a remuneração, chamada subsídio, que V.Exa. tem como Parlamentar. Muito natural e legal. Por isso é que podia receber – e houve quem recebesse no passado – e à ocasião eu, por dado filosófico, não por proselitismo, por bandeira, porque eu nem acho que honestidade seja corte de gastos. Eu acho que a qualificação dos gastos é que é importante, porque se precisar de 100 milhões para salvar uma vida, são poucos, mas 10 reais jogados fora é cadeia.

Então, temos que entender a qualificação dos gastos. E porque acho que honestidade é obrigação. Nós temos que debater o que se faz para melhorar a vida das pessoas. Nós vivenciamos um momento de degradação moral de tal modo que a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	9

honestidade é levantada, é tremulada em bandeiras como se fosse uma virtude, quando é uma obrigação de todo cidadão.

Pois bem, Sr. Presidente, a minha impressão, permita-me, é a que – e eu conversei com o Deputado Agaciel Maia e com o Deputado Rôney Nemer, e vi que o Deputado Agaciel Maia está até perdendo atualmente; conversei com o Deputado Rôney Nemer – é a de que, tendo sido o primeiro a renunciar lá atrás, devo eu, embora não votando, porque entendo que aqui as causas devam ser coletivas e nunca individuais, até me abstendo porque é individual, colocar-me favoravelmente, porque, se for preciso pagar mais esse preço individual para manter essa linha da moralização pública, eu o farei. E farei mais ainda, Sr. Presidente!

É essa mensagem que eu queria deixar a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Chico Leite.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou discutir até o que vários Parlamentares disseram aqui. É que, quando se fala sobre esses proventos a mais que os Parlamentares receberam, eu acho que existiu por parte de algumas pessoas uma distorção, como muito bem disse o Deputado Chico Leite, de qualificação parlamentar. Sr. Presidente, falei isto com V.Exa. Inclusive, que eu achava que era o momento de a Casa tirar uma nota oficial, porque não se pode qualificar um Parlamentar por ele receber um 14º, ou um 13º salário. Eu acho que é muito importante qualificar um Parlamentar pelo trabalho de representatividade que ele faz para a sociedade.

Sr. Presidente, V.Exa. sabe que não é fácil fiscalizar um orçamento de 28 bilhões de reais porque nós mexemos com vários interesses. O que me deixa mais espantada, Sr. Presidente, é a tentativa – e aí não são de todos – de um veículo de comunicação querer distorcer uma fala. No dia em que dei a entrevista para o jornalista Ricardo Taffner, ele veio me falar sobre terceirização de saúde. Aliás, no dia seguinte, não deu um linha sobre a terceirização de saúde, e o que saiu de uma conversa quase informal foram frases desconexas.

Sr. Presidente, o que eu percebo é uma tentativa – novamente por parte de alguns Parlamentares – de criar situações políticas com a Oposição. Eu tive a oportunidade de falar com todos os Parlamentares aqui. Ninguém se sente ofendido porque são conscientes de que o espaço que eles têm é político. Foi isso que eu disse no dia. Contudo, essa tentativa de criar uma facção, um factóide político sobre uma cota que seria indevida... Sei da missão como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Se eu soubesse de qualquer irregularidade, eu não iria levar para o jornalista Ricardo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	10

Taffner, eu iria encaminhá-la ao Presidente e à Corregedoria da Câmara. É quase que chamar a gente de imbecil aqui neste lugar.

Então, eu acho, Sr. Presidente, que aí sim precisamos de reflexão. Esta Casa está atendendo a um pedido público de moralização, sim! Mas há outras coisas que nós precisamos moralizar. Nós temos um veículo de comunicação que recebe quase que mais do que todos juntos e que faz esse tipo de coisa que fez o *Correio Braziliense*; e eu não tenho dificuldade de falar isso aqui. Recebem mais do que uma televisão que entra na casa de todo mundo – coisas que ninguém tem coragem de falar, eu tenho coragem de falar – soltam da forma que querem, do jeito que querem.

Sr. Presidente, eu entrei com uma ação de indenização. Talvez seja por essa tentativa de colocar a gente contra este Parlamento e de colocar as coisas soltas. E ainda há Parlamentares que se aproveitam disso devido à questão política de disputa e tentam criar um fato político. Eu acho que todos os Parlamentares aqui são conscientes de que os espaços deles são políticos, porque cada um deles tem, sim, uma cota política no Governo porque, se não o tivessem, não seriam da Base. Esse é o jogo político sem hipocrisia.

O que eu acho que precisa ser falado aqui e que muitas vezes as pessoas não falam é que nós temos, sim, que respeitar esse Poder Legislativo porque nós somos representantes do povo e, se há uma pressão popular e essa Casa atende... Nós temos de preservar porque são todos os recursos públicos.

No ano passado, nós tiramos cinquenta milhões da educação, Deputado Rôney Nemer, e jogamos na publicidade. Isso é falta de economia do recurso público também, Deputado, para a gente ser achincalhado?

O editorial do *Correio Braziliense* dizia que nós éramos quase bandidos, todos os 17, o que não é verdade. Eu acho que é muito importante uma reflexão, sim, mas uma reflexão geral. Esta Câmara dá exemplo hoje. Eu acho que determinados veículos precisam dar exemplo também. Precisam aprender a respeitar os Parlamentares que existem e não usar da forma que usam para pautar a grande mídia numa frase descolocada (*sic*), dentro de um contexto enorme. Eu não tenho dificuldade de falar isso aqui, Sr. Presidente. Só que nós vivemos num local em que há as disputas políticas, e tem gente que quer maximizar essa crise.

Para colocar um ponto final nisso, Sr. Presidente – até porque eu tive a oportunidade de falar com a Deputada Arlete Sampaio –, as cotas a que me referi são políticas, são espaços políticos. Porém, se tem alguém aqui querendo criar fato político, ou não entendeu o que eu falei ou a consciência pesou.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Para discutir, Deputada. Está em discussão o projeto que nós colocamos em votação em primeiro turno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	11

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Mas eu preciso responder um pouco.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Estamos em discussão. Posteriormente...

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Se ela pôde falar, eu também devo poder falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A senhora vai falar dentro da discussão. A senhora pode até entrar nessa linha, porque...

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Está certo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Quero dizer que eu fico feliz de estar de volta a esta Casa neste momento em que esse debate está sendo feito aqui dentro. Eu acho que estamos dando um exemplo para o País de responsabilidade com a coisa pública e uma resposta à cobrança da sociedade sobre esta Casa.

Infelizmente, o Parlamento tem sido alvo constante de críticas por parte da população que não compreende o valor democrático da existência de uma Casa Parlamentar. Por outro lado, a imprensa teve um papel fundamental nesse debate que nos leva hoje a tomar decisões importantes. Eu quero dizer que as palavras todas têm valor, elas têm sentido, e aquilo que falou a Deputada Celina Leão tem a ver com uma carta que eu encaminhei ao Sr. Presidente pedindo que ele notificasse a Deputada a esclarecer quem é que recebe cota de Governador. Ela teve a oportunidade de fazê-lo. Porque eu, como pessoa que não recebi o 14º e o 15º neste período que estou aqui nesta Casa – até porque o 15º não aconteceu ainda, 14º nesse sentido –, eu me fiz sentir atingida sim, porque eu quero saber quem é que recebe cota do Governador no sentido que ela coloca. Ela está explicando agora que não disse o que disse.

Então, a minha carta serviu para que ela pudesse fazer os esclarecimentos devidos. Portanto, não é nenhum factóide da minha parte, mas eu cobro sempre que se esclareçam as coisas, porque eu não quero estar metida em nenhum tipo de confusão. Para mim, as palavras têm sentido. Nós temos que medir muito bem as palavras que dizemos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	12

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.)
– Eu gostaria de voltar à discussão do projeto e me permitir discordar de um professor de Direito, Deputado Chico Leite.

Eu não tenho o conhecimento jurídico, mas existe uma lei federal que garante esses subsídios, como existe alguma outra norma que garante ao Deputado receber um salário acima do salário dos Deputados. O que nós estamos fazendo com esse projeto – que não foi de minha autoria, eu não o assinei, mas – é uma isonomia na Câmara. Todos os Parlamentares terão os mesmos direitos e os mesmos deveres. Então, ninguém ganhará acima do outro. Então, eu penso que isso é uma coisa importante. Porque se é importante que abramos mão desses subsídios, é muito importante cada um aqui se reconhecer igual a todos os outros. Não terá alguém aqui que ganhe mais ou ganhe menos, e algumas falácias não devem prosperar. Eu abrir mão de uma coisa que eu não recebo é, no mínimo, esquisito, hilário. Talvez eu, ou para vários outros que não têm conhecimento jurídico, fosse fácil, mas sem conhecer nada juridicamente eu acho muito difícil que a pessoa possa, na sua sã consciência, abrir mão daquilo que não tem e que outro tem.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa. Continua em discussão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	13



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2012

PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO

PARECER ÀS EMENDAS : AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____

CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) _____

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) 46/2012

RECURSO Nº (S) _____

REQUERIMENTO Nº (S) _____

OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): Mesa Diretora Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X	
	CELINA LEÃO	PSD	X				
	CHICO LEITE	PT			X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	PSD	X				
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PSD	X				
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X				
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC	X				
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		21		02	01	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. AYLTON GOMES

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis e 2 abstenções. Houve 1 ausência.

Está aprovado o projeto em primeiro turno.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh para declaração de voto.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (PPL. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é somente no sentido de parabenizar a todos os Parlamentares que aprovaram, neste momento, este projeto, atendendo a um clamor da nossa comunidade. Parabéns a todos. Estamos dando um passo e um exemplo ao Brasil. Era só isso, obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Item nº2:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 30, de 2011, de autoria da Mesa Diretora, que “altera dispositivo da Lei nº 2.289, de 13 de janeiro de 1999, alterada pela Lei nº 3.990, de 04 de junho de 2007, que dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados Distritais de que tratam os artigos 27, § 2º, e 28, § 2º, da Constituição Federal.”

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe Relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 30, de 2011, de autoria da Mesa Diretora, que altera o dispositivo da Lei nº 2.289, de 13 de janeiro de 1999, alterada pela Lei nº 3.990, de 04 de junho de 2007, que “dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados distritais de que tratam os artigos 27, § 2º, e 28, § 2º, da Constituição Federal’.”

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Ficam suprimidos os parágrafos 3º, 4º e 5º do art. 1º da Lei nº 2.289, de 13 de janeiro de 1999, alterada pela lei 3.990, de 4 de junho de 2007.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Necessário esclarecer que a presente proposição já vem sendo debatida nesta Casa há algum tempo, por iniciativa do Deputado Raad Massouh, pois vem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	15

tramitando proposição semelhante, Projeto de Lei nº 1.536, de 2010, que será retirado em favor da aprovação do presente PL.

A Constituição da República estabelece, em seu art. 27, § 2º, que compete às assembléias legislativas fixar por meio de Lei específica os subsídios dos deputados estaduais, inclua-se neste rol a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A fixação dos subsídios dos deputados deve respeitar o limite máximo definido na Lei Maior, que é de no máximo setenta e cinco por cento do estabelecido para os deputados federais.

Neste diapasão, esta Casa de Leis propôs e aprovou a Lei nº 2.289, de 13 de janeiro de 1999, e a Lei nº 3.990, de 4 de junho de 2007, que "dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados Distritais de que tratam o arts. 27, § 2º, e 28, § 2º, da Constituição Federal".

As citadas leis estabelecem que é devido ao parlamentar, no início e no final previsto a cada sessão legislativa, ajuda de custo equivalente ao valor da remuneração, a partir da primeira sessão legislativa até o término da segunda legislatura. Da simples leitura, verificamos que tal dispositivo é uma afronta aos demais trabalhadores brasileiros, que não são contemplados com tal benesse, diga-se absurda e sem qualquer fundamento ético ou jurídico.

O País passa por processo de mudança, embora lento, sem retrocesso. Assim, não podemos comungar com o estabelecido na legislação anteriormente citada, que cria para os deputados um benefício descabido. Por isto, estamos propondo subtraí-lo do mundo jurídico, para que todos os trabalhadores brasilienses tenham os mesmos direitos e deveres, sem exceção.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos ilustres pares na aprovação deste projeto de lei.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças verificou que o projeto está de acordo com a Lei Orgânica e com o Regimento Interno da Câmara Legislativa. Portanto, somos favoráveis à aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Parlamentares.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	16

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, designo o Deputado Aylton Gomes.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Aylton Gomes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 30, de 2011, que “altera dispositivo da Lei nº 2.289, de 13 de janeiro de 1999, alterada pela Lei nº 3.990, de 4 de junho de 2007, que dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados Distritais de que tratam os arts. 27, § 2º, e 28, § 2º, da Constituição Federal’.”

Sr. Presidente, com todo o estudo feito nessa Comissão, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 30, de 2011.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Parlamentares.

Em discussão o projeto em primeiro turno.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que a votação seja feita pelo processo nominal, para que cada Deputado possa dizer o seu voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. A votação do Projeto de Lei nº 30, de 2011, em primeiro turno, será pelo processo nominal.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante para discutir.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em toda a minha história e em toda a minha vida, sempre assumi posições claras e objetivas. Eu recebi essas contribuições chamadas de 14º e 15º salários. Quando fui deputado federal, tinha direito a um auxílio moradia e não o recebi, não quis. E não saí por aí fazendo proselitismo de que não estava recebendo, não fiz proselitismo. Não quis, achei que não devia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	17

receber. Não acho, Deputado Rôney Nemer, que seja imoral e que seja indigno esse pagamento, porque, se achasse, não o teria recebido.

Deputado Patrício, eu não posso admitir que um cidadão, como eu vi hoje na *TV Globo*, que foi assessor desta Casa, que não comparecia muito para trabalhar, que gerencia uma ONG, chamada Contas Abertas, que foi CNE 07 da Secretaria de Governo na época do Governo José Roberto Arruda, Sr. Gil Castelo Branco, venha dizer, como disse na *TV Globo* hoje, que isso aqui é uma indecência, uma imoralidade. Eu não aceito. Ele não tem autoridade moral para falar nada disso. Acho até que teria se, quando ele era funcionário da Câmara Legislativa... Como é que ele recebia da Câmara Legislativa para cuidar de uma ONG?

Eu acho que essas coisas têm que vir a público, a sociedade tem que tomar conhecimento. Não se pode ter um comportamento desses, de achar que nós aqui Deputados somos um bando de indignos.

Eu acho importante, Deputado Patrício, essa posição que estamos tomando. Um jornalista ainda agora me perguntava: "Isso é um privilégio?" A verdade é que a democracia vai avançando e determinadas coisas vão sendo derrubadas. Não é dessa geração de jornalistas de hoje, mas outro dia eu ouvia um professor de jornalismo, um velho jornalista chamado Carlos Heitor Cony, que brincava, num espaço que ele tem na *CBN*, e dizia que já houve um período neste País que jornalista não pagava imposto de renda, que já houve um período, Deputado Wasny de Roure, que deputado não pagava imposto de renda. Deputado, senador e deputado estadual — naquele tempo, não havia deputado distrital — não pagavam imposto de renda. Hoje, quase todo mundo paga imposto de renda. Acho que não estão pagando direito ainda, não, porque ainda há empresário que paga menos do que o trabalhador assalariado. Portanto, vai-se avançando. É um processo dinâmico e que só avança com a democracia.

Muito se fala de gasto da Câmara, mas, acho que além de medir os gastos da Câmara e tudo, Deputado Agaciel Maia, é preciso ver a produção parlamentar também. Há parlamentar que se notabilizou só por falar mal da Câmara, mas qual foi o resultado efetivo? Quantas leis? O que efetivamente foi aprovado?

Para mim, não há problema nenhum. Eu tenho 57 anos de idade, 24 anos de trabalhador rural. Sei o quanto é duro ser trabalhador rural. Sou mesmo é vigilante. Não venham me dizer que é indecente, imoral, porque não é. Se fosse, eu não teria recebido. Se tivesse recebido achando que era imoral, seria indigno.

É importante dizer também, Deputado Patrício – V.Exa. preside a sessão –, que essa decisão que está sendo tomada não é deste ou daquele Deputado, ela é da Casa. Estávamos lá perfilados, Deputado Rôney Nemer. O mesmo posicionamento que eu tive como Líder do Bloco PT/PRB, V.Exa. teve como Líder do PMDB e do bloco de V.Exa. Foi o mesmo posicionamento da Líder do PSD, Deputada... Foi o mesmo do Deputado Prof. Israel Batista. É bom que se diga também que na reunião não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	18

teve nada de discussão acalorada, não é isso Deputado Rôney Nemer? Foi uma das reuniões, Deputado Patrício, mais tranquilas, mais tranquilas. V.Exa. presidiu uma reunião hoje absolutamente tranquila. Eu estou com problema de saúde, deveria estar de atestado, mas não estou; a Deputada Eliana Pedrosa também. Portanto, foi uma reunião tranquila, absolutamente tranquila.

Vamos aprovar, proponho que V.Exa. mande publicar logo amanhã. E vou dizer aqui perante a sociedade brasileira, através das televisões e dos jornais que estão aqui, vou dizer a mesma coisa que falei para a *TV Globo* ontem e para o *Correio Braziliense*, para o Ricardo: estou aprovando isso aqui e sugeri ao nosso bloco, Deputado Rôney Nemer, que aprovasse porque temos que tirar a Câmara Legislativa dessa pauta negativa.

A Câmara Legislativa não merece essa pauta negativa. Nós produzimos tanto o ano passado. Nós fizemos a lei do PDTU, que é uma lei fundamental, importante, que vai possibilitar o enfrentamento desse cartel do transporte coletivo — espero daqui a uns dias que esta Casa altaneira se posicione também contra o cartel dos combustíveis, tenho certeza de que a maioria vai se posicionar. Nós estamos aí debatendo e vamos aprovar o PDOT, que é o Plano Diretor de Ordenamento Territorial — V.Exa. que é um urbanista, Deputado Rôney Nemer —, são cerca de seiscentas mil moradias ilegais no Distrito Federal. Ninguém suporta isso.

Então, precisamos aprovar. Nós também estamos avançando na questão da saúde, demos o instrumento necessário, sabíamos que não seria resolvido em pouco tempo. A questão dos resíduos sólidos que aprovamos aqui, tivemos a coragem de aprovar. A Lei Geral da Pequena e Micro Empresa, que é uma lei fundamental que aprovamos. A Lei Geral das Feiras, porque até as feiras estavam na ilegalidade e tivemos a capacidade de aprovar aqui, Deputada Arlete Sampaio. O DF sem Miséria, que possibilitou ao Governador Agnelo Queiroz hoje anunciar que até o final do ano vamos decretar o Distrito Federal território livre da miséria. Fomos nós aqui. Diga-se de passagem, Deputada Liliane Roriz, nós todos. Não é mérito de um ou de outro, somos nós, Governo e Oposição. Temos divergências, mas, na hora de somar, somamos todo mundo para o bem-estar da comunidade do Distrito Federal.

Portanto, quero dizer, Deputado Patrício, a V.Exa. que voto sem problema nenhum, nenhum. Quero dizer também que doeu, mas não é por isso que estou votando. Ser exposto na primeira página do *Correio Braziliense*, como se fôssemos... Eu lutei a minha vida inteira, as pessoas desta cidade me conhecem, nunca me envolvi com nenhuma falcatura. Tudo de que me acusaram dei resposta. Tudo. Portanto, não posso aceitar esse tipo de coisa. Mas não tenho mágoas. Não vim aqui para ganhar dinheiro. Se fosse para ganhar dinheiro, teria procurado outras coisas.

Deputado Patrício, acho importante a imprensa colocar isso: o cara vive a vida inteira, pode participar de todo tipo de esquema, vem para a política, que vão descobrir. A política hoje, o mandato Parlamentar, Deputada Eliana Pedrosa, não é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	19

lugar para se esconder. Isso é bom, isso é ótimo, isso é excelente. Antigamente era sinônimo de conseguir a tal da imunidade, que na verdade era o manto da impunidade. Isso está acabando no Brasil, mas é um processo, é a democracia avançando, é fundamental. Isso só se consegue com democracia.

Portanto, quero concluir, Deputado Patrício, dizendo que isso é um projeto da Casa, coordenado por V.Exa., presidido por V.Exa. Não há heróis aqui. Todos nós juntos elaboramos e vamos votar essa medida daqui a pouquinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar que as palavras do Deputado Chico Vigilante foram irretocáveis no meu entendimento. Faço das palavras do Deputado Chico Vigilante aquilo que eu gostaria de ter tido oportunidade de falar.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Na verdade, Sr. Presidente, eu também vou me somar à Deputada Eliana Pedrosa, pois o Deputado Chico Vigilante soube traduzir todo esse sentimento. O almoço que tivemos hoje no nosso bloco foi tranquilo, a reunião de Líderes foi tranquila, com a presença do Deputado Dr. Charles, Líder do outro bloco. Não houve problema nenhum.

O mais importante é o entendimento do que a população espera desta Casa. A demonstração de que as pessoas... Faz falta? Faz. Para gente que vive de salário faz falta. Dizer que é ilegal? Eu acho que se fosse ilegal o Congresso Nacional não estaria recebendo. Mas o mais importante é que esse é um clamor da sociedade. Há um desejo de que efetivamente se abra mão desse benefício. Os 24 Parlamentares, representados pelos seus Líderes e por V.Exa., comandando a reunião de Líderes, chegaram ao consenso de que era possível.

Agora, usar o argumento de que haverá uma economia de 900 mil ao ano, acho que um pouco menos porque não era todo mundo que recebia,... Há várias empresas que recebem 40 milhões do Governo. Quantas escolas não seriam construídas com esse valor? Quantos hospitais? Na minha cidade, Recanto das Emas, não tem hospital. São 40 milhões de recurso que o Governo passa, repassa. E você fica olhando, e diz: "Meu Deus!" Ficam batendo na tecla de 900 mil, 300 mil. Acho que um real do imposto que o cidadão paga deve ser economizado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	20

E é sobre isso que devemos nos debruçar. Efetivamente devemos cortar todas essas torneiras, seja de um real, seja de um milhão, seja de um bilhão. Temos de direcionar todos esses recursos para a saúde, para a segurança, para a educação, para uma qualidade de vida melhor das famílias brasileiras.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria acrescentar que nós não estávamos recebendo um benefício indevido. Tínhamos direito constitucional nesse sentido. V.Exa., como Presidente, foi muito exposto em relação a isso. Quero publicamente dar apoio a V.Exa., que enfrentou todo o segmento que estava contra esse benefício. V.Exa. enfrentou como Presidente, e foi firme até chegar ao Plenário a determinação de todos.

Mas o que eu acho mais importante é que chegou a hora de o Parlamento, Deputada Arlete Sampaio, ser de fato um Parlamento. Eu acho que neste momento a história deste Parlamento começa a mudar. Ela vai começar a mudar quando chegar o Orçamento aqui querendo mudar 40, 50 milhões, mudar a destinação para a verba de publicidade. Aí esse Parlamento vai querer saber as razões de se querer modificar esse dinheiro para publicidade. Nós também vamos questionar. Dá para fazer milhares e milhares de escolas.

No ano passado nós gastamos. O Governo do Distrito Federal, e nós avalizamos, gastou mais de 300 milhões de reais em publicidade. E aí, quando chegarem esses temas aqui, nós vamos ficar e olhar com os olhos bem atentos porque essa é a nossa função. E isso eu vou fazer, e vou fazer como base do Governo. Não adianta vir aqui e dizer: “Olair, nós temos que mudar isso aqui”. Não, nós vamos sentar, conversar e ver as razões. Isso, de fato, tem de ser avaliado.

Portanto, estou muito feliz, estou muito tranquilo em enfrentar este debate. Não há questão nenhuma que o Parlamento não decida, não resolva. Este é um momento histórico para o Distrito Federal. Sabe por quê? Porque a partir de hoje tudo vai ser preto no branco, Deputado Chico Vigilante. Então, o que é certo é certo, o que é errado é errado. O que a gente recebia não era errado. E essa questão do décimo quarto, do décimo quinto não existe. Por quê? Porque é um benefício que a gente tinha. Não havia lá o décimo quinto, o décimo quarto? Mas não há problema nenhum. O Parlamento dará 22 votos favoráveis ao projeto em questão, com duas ausências justificadas, que será aprovado com a maior tranquilidade possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	21

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero deixar registrada aqui a importância desta tarde. Nós não estamos inventando a Câmara Legislativa. Quando chegamos aqui, Sr. Presidente, eu, pelo menos, porque não faço parte dela desde o seu início, esta Casa já existia e existia nos moldes da Câmara dos Deputados. Ninguém aqui inventou a Câmara Legislativa.

O que eu acho, Sr. Presidente, é que, daqui a alguns dias, ninguém mais que seja sério vai querer mexer com política ou ser deputado distrital. A forma com que nos colocam sob suspeição é muito agressiva. Hoje, esta Casa dá um passo importante, que nunca aconteceu. O próprio Governador já fez parte desta Casa. Não sei se ele recebeu ou não, mas várias figuras políticas do Distrito Federal participaram desta Casa e recebiam o 14º e o 15º salários. Acho que esta Casa dá uma demonstração de maturidade. Existe um ditado popular muito firme, que fala que a voz do povo é a voz de Deus. Havia, sim, todos os Parlamentares sabem, um clamor popular pela extinção desses salários. É bom falar que o discurso do Deputado Chico Vigilante, apesar das nossas divergências políticas, foi irretocável. S.Exa. foi muito consciente, muito coerente. E, quando nos colocam dessa forma, acabam com a instituição Câmara Legislativa. Podemos sair daqui, Sr. presidente, e ir para casa cuidar de filho, mas esta Casa deu um importante passo na busca da democracia. É importante, sim. O editorial de um certo jornal chegou a questionar a nossa condição de Parlamentar. Questionou a independência política do Distrito Federal, por conta do 13º e do 14º salários. Acho que é um passo importante o que esta Câmara dá hoje, como um grupo, como Câmara, mas, principalmente, como instituição. Esta Câmara não foi inventada por nós. Ela já existia. Sabemos que há vários Parlamentares aqui que até lutaram para que ela existisse. O passo que demos aqui traz uma reflexão para todo mundo: que seja também dado esse passo de transparência pelo Governo do Distrito Federal. Como vários Parlamentares desta Casa disseram, o uso das verbas públicas tem que ser disciplinado. Esta Casa tem que disciplinar essas verbas. E nós nunca iremos nos furtar do debate. Acho que esta Câmara se eleva hoje, porque atende a uma demanda popular, a um clamor popular, e dá um exemplo. Tenho orgulho de fazer parte da Câmara Legislativa e desta legislatura, em que se tomou essa importante decisão coletiva, não descredenciando o trabalho de cada um, aqui, porque recebia ou porque deixava de receber. É importante dizer isso, até para que haja uma clareza. Esse comportamento não pode ser medido dessa forma.

Sr. Presidente, era esse o meu registro. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse debate, levantado pelo *Correio*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	22

Braziliense, que cumprimento pela capacidade de conquistar a mídia nacional, não foi apenas no Distrito Federal. Esse debate alcançou o Paraná, o Estado de Goiás e contou com a intervenção do próprio Judiciário. Tenho o dever, Sr. Presidente – não posso me omitir – de fazer uma autocrítica.

Em primeiro lugar, Deputada Arlete Sampaio, se não me falha a memória, no ano de 2005, um dos meus anos de mandato na Câmara dos Deputados, pelo clamor feito, Deputado Agaciel Maia, em nível nacional, pela mídia, discutimos a PEC para acabar com a remuneração das convocações extraordinárias, que veio a ser apreciada no Congresso Nacional, em particular, na Câmara dos Deputados, onde eu estava.

É bom lembrar, Deputado Patrício — é interessante lembrar a história —, que as convocações extraordinárias, Deputado Robério Negreiros, que está iniciando, aconteciam na convocação e no término dela, inclusive com a votação, às vezes, de um ou dois projetos, outras vezes, de trinta, cinquenta projetos. Duas remunerações, no início e no final. No Congresso Nacional, isso foi extinto por meio de uma emenda constitucional e em virtude de uma mobilização feita pela mídia, Deputado Cláudio Abrantes. Portanto, não quero passar por essa votação sem reconhecer a contribuição dada pela imprensa ao sensibilizar o Poder Legislativo e a população. Cabe, contudo, ressaltar dois aspectos. O primeiro deles é o debate entre salário e subsídio, porque a mídia não pode ser absolutamente omissa e não fazer o devido esclarecimento, para a população, sobre a diferença entre um e outro. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de ponderar com a mídia, que tratou esse debate, até porque — já foi dito desta tribuna — essa remuneração, hoje, se faz presente entre os deputados federais e os senadores, entre eles, os onze que integram a bancada do Distrito Federal.

O segundo aspecto que cabe aqui registrar é que essa remuneração, esse subsídio, Deputada Luzia de Paula, foi introduzido por uma resolução do Senado Federal e foi incorporado, se não me falha a memória, em 1996, Deputado Washington Mesquita. Em 1996! O próprio *Correio Braziliense* chegou a publicar uma notinha sobre o período em que os Parlamentares chegaram a ter até dezenove remunerações.

Ora, creio que o *Correio Braziliense* já estava em pleno vigor e com plena influência. Até mais, diga-se de passagem. Até mais, porque a mídia virtual, em 1996, não era tão poderosa como é hoje. Esse debate não teve o alcance que teve hoje, Deputada Arlete Sampaio. Portanto, não posso aqui desconhecer o papel que a imprensa teve nessa questão. Não vou ser hipócrita e também não quero desconsiderar aqui que, enquanto fui Parlamentar, por entender que não era ilegal, tive a oportunidade de receber. Não quero ser hipócrita. Quero ser absolutamente lúcido, porque — dê-me licença, Deputado Raad Massouh —, quando iniciamos o nosso período legislativo, um de seus assessores me perguntou: “Wasny, você assina ou não assina?” Eu falei: “Assinar, eu não vou, mas votarei tão logo seja colocado”. É



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	23

uma prerrogativa haver um projeto de resolução com uma única assinatura. Entendo que fazer esse debate público e votar é muito mais do que abrir mão. Isso, sim, traz dignidade. Não é apenas um ato isolado, individual, a pedido de não recebimento disso. Fui abordado e mantive a minha posição tanto quanto ao voto, quanto por ter recebido.

Deputado Patrício, eu quero cumprimentar V.Exa. Eu sei que V.Exa. foi bombardeado, a Mesa Diretora. Eu tenho as minhas observações à Mesa Diretora. Quero ter a oportunidade ainda de, em um tempo adequado, de cabeça fria, fazer essas observações, porque são colegas e Deputados que nós respeitamos. E não é aqui na tribuna que vamos nos digladiar para tentar compreender.

V. Exa. hoje teve a postura de um Presidente de uma Casa, que ouviu incansavelmente as posições de cada um dos Líderes. E eu quero aqui cumprimentar cada um dos Líderes, a própria Deputada Eliana Pedrosa, que, em condições precárias da sua saúde, esteve presente, não permaneceu em todo o debate, mas externou a sua opinião. Portanto, Sr. Presidente, a Câmara também teve a sensibilidade de pôr esse tema em debate, trazer a público e assumir publicamente uma decisão, ainda que traga momentaneamente perdas na remuneração dos Srs. Parlamentares.

Eu quero ainda registrar os meus cumprimentos ao Deputado Chico Leite, porque reconheço que o Deputado, ao iniciar o seu mandato, estabeleceu um marco. E creio, Deputado Siqueira Campos, que independentemente das intenções ou da maneira como abordou, como protocolou, como apresentou a sua petição, ele levantou um debate histórico que hoje estamos votando. Então, não posso aqui dizer que a sua posição não foi uma posição necessária. Foi uma posição fundamental para que hoje pudéssemos estar votando. Portanto, Deputado Chico Leite, receba também os meus cumprimentos pela altivez, pela visão de homem público e de um homem comprometido com a coisa pública.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Patrício, a quem eu externo o meu apreço, carinho e respeito como Parlamentar e como membro Presidente dessa Mesa Diretora.

Sras. e Srs. Parlamentares, eu chamo a atenção da imprensa para a posição de cada um de nós aqui neste dia, neste momento, neste ato pleno. Cada um dos Parlamentares que estão presentes, quer sejam os 22 presentes, quer sejam os dois ausentes justificados, nós temos uma história. Nós temos algo a contribuir com Brasília, e assim temos feito. Eu, por exemplo, não estou aqui por acaso. Não é por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	24

acaso que se obtém 21.111 votos, não é por acaso que você é eleito. Você é eleito porque pessoas confiam em você, no seu trabalho, na sua representatividade, na sua dignidade, no seu compromisso e na sua postura. Durante esses últimos dias, eu sofri, e sofri muito, pela questão do 14º, pela questão do 15º e pela questão da Mariana, que está lotada no meu gabinete e que me acompanha desde o ano de 2006. E parece que a minha família é uma família que não tem caráter. Quiseram transparecer que a minha família não tem dignidade, não tem personalidade, não tem uma crença, não tem uma história, não tem uma conduta e, principalmente, não tem uma linha de ação e representatividade.

Mas eu não compreendo dessa forma. A moça me acompanha desde o ano de 2006. Logo em 2010, após eu ser eleito, foi nomeada com o cargo de Secretária. Naquele exato momento, eu poderia ter colocado ela em qualquer nível, em qualquer cargo, quer seja no gabinete, quer seja na estrutura da Câmara Legislativa. E não o fiz porque achei que, como as outras pessoas que trabalham comigo e fazem parte da minha assessoria, ela deveria crescer gradativamente. Só que no ano de 2011, o namoro entre ela e o meu filho se tornou um caso mais sério. E no mês de setembro veio a ocorrer a gravidez. Também fui interpelado por um jornal perguntando se eu era a favor do aborto, se eu era contra a vida. Eu sou a favor da vida desde a sua concepção até a sua morte natural. Até porque foi o que eu aprendi, é o que eu prego, é o que eu acredito e é o que eu respeito.

O ato de mudança do gabinete para a o cargo da 2ª Secretaria foi um ato pensado, não foi um ato maldoso. Até porque é um cargo de confiança. E a pessoa que estava lá estava pronta para ocupar outro espaço no Governo do Distrito Federal. Só que tão logo veio a questão da gravidez, da minha futura neta, eu simplesmente consultei todas as formas jurídicas e legais, e a orientação que eu recebi era de que não era nepotismo. E assim também não considero. Mas o meu nome simplesmente foi tentado ser jogado na lama. Sofri muito dentro da minha comunidade, dentro dos movimentos de que participo, das pessoas que eu defendo.

Agora, no dia de hoje, para demonstrar a minha coerência, para demonstrar a minha responsabilidade, não somente minha, como da minha família, e principalmente dela, que é uma moça de família, séria, digna e honrada, foi publicada no Diário Oficial da Câmara Legislativa a sua exoneração a pedido. Não queremos receber nenhum centavo. E não precisamos perceber nada, porque a nossa dignidade, o nosso caráter, é muito maior que tudo isso.

Agora, por que a imprensa também não publica que eu chego aqui às segundas-feiras, como é o caso do Deputado Chico Vigilante, da Deputada Eliana Pedrosa, que estamos próximos, e de vários outros Parlamentares que chegam aqui às 8 horas da manhã e saem às 20 horas? Isso é de segunda a sexta, diuturnamente. Por que não publicam que aos sábados e domingos, ao invés de estarmos em nossos lares gozando do nosso lazer, nós estamos nas ruas, Deputado Wasny de Roure, ouvindo a sociedade, trazendo os projetos, as audiências públicas,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	25

as sessões solenes, abrindo debates para melhorar a qualidade de vida do povo do Distrito Federal? Isso não interessa à imprensa. Isso não interessa, na maioria das vezes, porque não vende. Não dá ibope. Agora, simplesmente querem pegar a honra de uma pessoa, de um pai de família, de um homem cristão. Eu não sou perfeito. Tenho meus defeitos, pecados, mas sei muito bem da minha integridade. Sei muito bem dos ensinamentos que meu pai e minha mãe me deram.

No que se refere aos 14º e 15º salários, eu sempre percebi e recebi porque tenho plena consciência, conforme já foi dito aqui por vários Parlamentares, de que é legal, de que é direito. É um direito que vem do Senado, estendido à Câmara Federal e foi aplicado como um dispositivo da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Como é aplicado esse dispositivo a outras assembleias do nosso País.

Qual o crime nós estamos cometendo? Nenhum.

Qual é o erro que nós cometemos? Nenhum.

Agora, por que não se publica a nossa conduta do que temos feito aqui no dia a dia, as nossas atitudes e ações, principalmente no primeiro ano desta legislatura?

Então, eu estou abrindo mão simplesmente porque eu tenho compromisso com os meus eleitores e com a sociedade, mas tenho plena consciência de que o quanto recebi aqui recebi de forma legal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Mesa Diretora desta Casa, em particular, V.Exa., pela condução correta que deu a esse debate aqui nesta Casa.

Eu creio que cada um de nós, que foi honrado com o voto popular para estar aqui representando o povo de Brasília, tem, sim, uma missão muito grande. A missão de mostrar à sociedade de Brasília que esta Casa é necessária, que esta Casa é útil para debater os temas que afligem a nossa população, que esta Casa é útil para fortalecer a democracia e fortalecer a autonomia política do Distrito Federal, que este gesto de lutar pela autonomia valeu a pena. E esta é a nossa missão.

E hoje, esta Casa dá uma demonstração clara da sensibilidade que teve, com o clamor da população, para que nós todos abrissemos mão do 14º e do 15º salários. Talvez seja o exemplo a ser seguido em todas as câmaras e assembleias legislativas deste País. E eu acho que nós estamos ganhando com isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	26

Eu quero saudar todos os Deputados que aceitaram submeter à votação esse processo de hoje. Quero dizer que foi uma maturidade enorme de cada um de nós para que isso pudesse acontecer nesta tarde.

Por último, eu quero dizer, Sr. Presidente, que, cada vez mais eu entendo a importância da democracia. Cada vez mais eu entendo a necessidade de aprofundarmos ainda mais na construção de um regime profundamente, radicalmente democrático, porque este é o único sistema que pode se aperfeiçoar. E é isso que estamos vendo aqui hoje.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Siqueira Campos.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS (PSC. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, antes de tudo eu quero enaltecer o papel que a imprensa tem neste País. E digo mais, num país, às vezes, com o judiciário moroso e ausente, a imprensa é o quarto poder e um poder que realmente defende as coisas que interessam a nossa sociedade, que interessam o nosso País. Às vezes, erra, como muitos de nós aqui nos sentimos constrangidos quando nos deparamos com aquela foto na capa do jornal *Correio Braziliense*. Eu, que sequer tinha indicado a minha conta para receber o salário de deputado, ficava constrangido com centenas de ligações dos meus amigos. Mas prefiro uma imprensa que se excede errando, do que uma imprensa silenciosa, como é o exemplo em países que temos perto daqui, Venezuela, Equador, e até mesmo um país democrático que já foi símbolo de democracia neste continente, a nossa Argentina.

Se a imprensa soubesse do fundamental papel que tem nessa sociedade democrática, outras bandeiras teriam que ser levantadas, Deputado Wasny de Roure. Quero até fazer uma indicação, Deputada Arlete Sampaio, como eu citei no momento em que eu estava abrindo esta sessão, temos a saúde pública um caos, e não é culpa de governo, é culpa de várias atitudes da sociedade erradas. As incorporadoras de planos de saúde... Este é o único País – não sei se outros menos desenvolvidos têm o mesmo procedimento – em que se começa, um jovem, a pagar um plano de saúde com valores próximos de R\$ 200,00 (duzentos reais) e ao final de cinquenta anos se tem uma sociedade de gente idosa desistindo de pagar porque precisa pagar mil por cento a mais. É um debate que a imprensa tem que assumir, que a imprensa tem que chamar a sociedade constituída e organizada para debater e impedir, porque um grande benefício à sociedade vai trazer. Outros, eu poderia fazer citações, mas não vem aqui o caso.

A importância da imprensa não pode ser negada. Foi diante da pressão que nós refletimos e chegamos à conclusão de que era nosso direito, tínhamos, sim, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	27

direito; não sentíamos que ninguém estava recebendo e fazendo uma atitude errada, mas devíamos ceder à pressão da sociedade para servir de exemplo, até em outros estados. Tudo que é bom e que vem em benefício da sociedade tem que ser debatido, tem que ser discutido e tem que ser votado, porque uma sociedade democrática só é ruim quando ela é mal-educada e não tem a sua cidadania exercida em pleno vigor.

Muito obrigado. Parabéns à Mesa, parabéns, Sr. Presidente, que tão bem soube nos ouvir e conduziu com a lisura e a grandeza de um líder. Parabéns a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Siqueira Campos.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, antes de tudo quero saudar a decisão da Mesa, parabenizar V.Exa. pela maturidade em ouvir esse clamor da população acerca da colocação deste projeto para votação. Isso mostra a qualidade com que V.Exa. tem conduzido os trabalhos desta Casa.

Este projeto, Sr. Presidente, que ora se aproxima a sua aprovação, assim esperamos, não pode ser tido como uma perda de benefícios ou de recursos. Não imagino que possamos pensar assim, nesse momento, diante de tudo que foi colocado pela imprensa, fazendo o seu justo trabalho, e pela sociedade civil organizada, por meio das diversas redes sociais, que usou as ferramentas que hoje estão à disposição da juventude e das pessoas que dominam esse fabuloso meio de comunicação que é a internet, seja pelo twitter, pelo facebook. Diversos parlamentares talvez tenham tido a certeza do seu convencimento acerca do tema devido a essas redes sociais. Naturalmente, volto a dizer, pela imprensa. Agora, Sr. Presidente, essa não é uma tarde de perda, pelo contrário, é uma tarde, no meu entendimento, de ganhos. Ganha a Câmara Legislativa, porque num processo de maturidade, de escuta da população, traz à votação algo que ela sempre pediu, que estava sendo colocado há muito tempo. Não ganha-se individualmente, ganha-se o corpo; ganha-se o corpo para gerar consistência na valorização desse meio democrático na constituição da autonomia do Distrito Federal.

Os discursos aqui colocados foram de uma precisão muito grande. Volto a citar também o Deputado Chico Vigilante. Eu gostaria muito de também lembrar uma frase do Deputado Chico Leite, quando se fala da qualificação do trabalho público, e hoje estamos ganhando nesse sentido. Deputado Chico Leite, também sou oriundo do Direito e há uma máxima de Lhering que diz que o fim do Direito é a paz; o meio para se chegar a ele é a luta. Hoje, com essa votação que se aproxima, chega-se ao fim dessa luta que, embora silenciosa, embora colocada insatisfações pessoais, muitas vezes, traz à tona o clamor da população. É assim que vejo, é assim



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	28

que me sinto nesta tarde. Não posso falar em perda, posso falar em ganho! Ganha a sociedade pela resposta que o Poder Legislativo está dando a ela, porque por mais que pensemos no que era direito, no que era legal, havia um clima, havia um sentimento de que não era justo. E Deputado Chico Leite, novamente citando V.Exa. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, há uma máxima no meio jurídico que diz: “Entre o direito e a justiça, opte pela justiça.” Então o meu pensamento é que, mesmo se fosse direito, a Câmara Legislativa, ouvindo a sociedade, optou pela justiça. É assim que me sinto hoje e quero parabenizar V.Exa. e a Mesa. E dizer novamente que hoje não é um dia de perdas, é um dia de ganho para a Câmara Legislativa e para a sociedade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, todos os presentes, em primeiro lugar quero me solidarizar como o Deputado Washington Mesquita. Muitas e muitas vezes a injustiça impera porque a análise é superficial. Eu tinha pedido um aparte, mas V.Exa. estava no final e, como estou doente, acho que não me ouviu, mas fica a minha solidariedade. Conheço a retidão do seu caráter.

O segundo ponto é voltando ao projeto. O projeto tem vários méritos. O primeiro mérito é do Deputado Raad Massouh, do Deputado Joe Valle, do Deputado Prof. Israel Batista, do Deputado Cláudio Abrantes e da nossa Mesa Diretora – Deputado Aylton Gomes, Deputado Cristiano Araújo, Deputado Dr. Michel, principalmente do nosso Presidente. Todos tiveram praticamente, simultaneamente, a mesma ideia.

Quero ressaltar o papel das mídias, sejam impressas, sejam pela internet, todas elas, um instrumento de democracia e o maior instrumento de transparência deste País e de qualquer país. E quero parabenizar cada um dos Deputados aqui. O que recebíamos era legal. O que recebíamos era aplicado com correção. E ninguém aqui, ao se decidir colocar em votação neste plenário, furtou-se, até de se antecipar e protocolar, junto à Mesa Diretora e ao DRH, que estariam abrindo mão desses subsídios. Volto a dizer: subsídios. Nós mesmos, às vezes, incorremos no erro daquilo que foi popularizado como 14º e 15º.

Eu aproveitaria, também, com este papel tão forte que tem a mídia, para pedir que não se colocassem várias outras coisas para baixo do tapete. Deputado Chico Leite, uma adolescente foi estuprada num posto policial de Samambaia. Abriu-se uma sindicância e não se concluiu nada. Foi engavetada. Repercussão? Zero. Eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	29

não quero me alongar. Eu poderia falar sobre muitos outros fatos. Nós precisamos da mídia, de todas elas, para nos enquadrar, para que nos tornemos mais produtivos, para que nos tornemos mais retos e, principalmente, para que nós possamos estar aliados com as pessoas que nos elegeram para representá-los. A grande vitória, hoje, é do povo. Se não fosse ele, poderia haver imprensa, poderia haver iniciativas nesta Casa, e elas não prosperariam. A vitória é do povo. Quando o povo se mobiliza, as mudanças acontecem. E o povo tem de aproveitar este momento e fazer esta reflexão, para ver a força que ele tem na mão. É isso que eu gostaria de dizer. Hoje, eu estou feliz porque o povo venceu. E, se ele não tivesse se organizado, se mobilizado, talvez hoje não tivéssemos adiantado esta votação. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	30



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 28/02/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2012

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 PARECER ÀS EMENDAS : AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____
 CCJ CEOP CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 30/11 _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): Mesa Diretora Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X				
	ARLETE SAMPAIO	PT	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X	
	CELINA LEÃO	PSD	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	PSD	X				
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PSD	X				
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				X
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X				
	WASNÝ DE ROURE	PT	X				X
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC	X				
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		23			1	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2012	18h05min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 23 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 30, de 2011.

A matéria segue a tramitação regimental.

As declarações de voto serão feitas após a apreciação da matéria em segundo turno.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por uma questão de justiça, acho importante registrarmos que o Deputado Benedito Domingos não está presente porque está doente, fez uma cirurgia.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Já está registrado. O Deputado Benedito Domingos está de licença médica. Inclusive, foi feito contato telefônico com S.Exa. para viabilizar a questão do projeto.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação dos dois itens extrapauta, o projeto de lei e o projeto de resolução ora votado, e de todas as moções, requerimentos e PDLs, a serem apreciados em bloco.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h46min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 37 – Suplemento, de 6/3/2012.